

**“COMO É QUE ISSO TUDO COMEÇOU”: SENTIDOS DE ORIGEM DAS
OCUPAÇÕES EM ESCOLAS ESTADUAIS DO RIO DE JANEIRO (2016)**

Ana Carolina Oliveira Alves
Doutoranda em História (UNICAMP)
anacarolinaoa@hotmail.com

Henrique Dias Sobral Silva
Doutorando em História (UFMG)
henriq_sobral@hotmail.com

1 – Introdução

Este artigo é resultado de inquietações surgidas no âmbito do projeto “Escola como disputa: juventude e cultura escolar em contextos de ocupação (Rio de Janeiro/2016)”, concebida pelos autores, que são professores de História, e que integram o COLEJA, Coletivo de Pesquisa Juventude, Desigualdade Social e EJA¹. Na esfera do projeto, nossa intenção é impulsionar a discussão em torno das escolas ocupadas no estado do Rio de Janeiro, em 2016, na forma da promoção de um debate sobre a relação entre a cultura escolar e a juventude.

Frente a um compromisso ético-político do nosso tempo, nos interessa debater o papel dos processos de resistência no contexto escolar e sua potencialidade para, ao mesmo tempo, transformar a realidade do sistema educacional e ampliar as condições de exercício da organização coletiva da juventude nas unidades escolares ocupadas. Acreditamos que tais movimentos representam uma rica oportunidade de expressão de uma juventude mobilizada e atenta aos desafios da escola e do Ensino Médio no Brasil.

Expostas nossas problemáticas enquanto coletivo, justificamos que neste trabalho partimos do verso da música Almanaque, de Chico Buarque (1981) para problematizarmos e rediscutirmos a ideia de uma (ou várias) origens para o movimento de ocupação no Rio de Janeiro. Nosso objetivo se concentra em propor um mapeamento crítico da bibliografia, problematizando suas opções por supostas e múltiplas origens dos movimentos das escolas ocupadas no Rio de Janeiro.

¹ O COLEJA é coordenado pela professora Dr^a Alessandra Nicodemos, da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e integrante do Programa de Pós-Graduação em Ensino de História (ProfHistória).

Importa-nos dizer que esse fenômeno em pouco tempo se configurou como espaço de disputa entre a juventude e as diferentes políticas públicas - ou a carência delas - voltadas para as instituições de ensino públicas em distintos estados do país. No contexto das ocupações, há múltiplas dimensões, pois além de reclamar o direito a uma educação de qualidade, a participação estudantil impulsionou um processo de reconhecimento e de atuação política ativa, baseada na competência ética e política.

Desse modo, é também nosso objetivo discutir a visão dos alunos sobre as origens do movimento das ocupações na cidade do Rio de Janeiro. Com isso, pretendemos criticar leituras hegemônicas acerca das ocupações como sendo uma etapa de movimentos sociais históricos, por vezes, alheios às condições materiais reais desses jovens, além de um distanciamento problemático no tempo e no espaço.

No campo teórico-metodológico, construímos tal proposta baseada na adoção do grupo focal como forma de aproximação com os saberes e práticas dos estudantes sobre o processo de ocupação de suas escolas. Neste sentido, construímos um roteiro estruturado que nos permitiu, ainda que com perguntas tangenciais, captar as perspectivas dos sujeitos participantes desses movimentos, sem perder de vista a ética e o respeito às pessoas². Para esse artigo, com base nas falas dos alunos, trabalharemos com trechos que colaborem com aferição das experiências que levaram ao processo de ocupação.

Parte de nosso cuidado empírico passou pela escolha de alunos/as de colégios estaduais distintos, de modo a potencializar uma análise que comportasse diferentes matizes da cultura escolar e da juventude para detectar o campo que resulta das práticas construídas por esses dois polos durante as ocupações. Assim, estiveram presentes nos grupos focais estudantes dos colégios José Leite Lopes (NAVE), Luiz Carlos da Vila, Visconde de Cairu, localizados na zona norte da cidade do Rio de Janeiro e do Colégio Estadual Mário Quintana, localizado na zona oeste.³

² Os alunos foram convidados por meio de cartazes digitais divulgados em redes sociais, em grupos de organizações estudantis secundaristas, em fóruns de professores e espaços organizativos destes. Ao todo foram realizados três grupos focais, totalizando 6 horas de áudio, entre os meses de outubro de 2018 e abril de 2019. Ao longo de todo esse processo, forma considerados requisitos éticos da pesquisa, sempre considerando o bem-estar e a total e livre permissão dos/das estudantes.

³ A escolha das escolas comportou um desafio metodológico significativo, pois muitos dos contatados apontaram receio na participação por possíveis represálias jurídicas. Avaliamos nesse computo que o momento político de organização dos grupos focais, antes e depois das eleições presidenciais de 2018, também atuou como fator determinante na diminuição da adesão dos alunos de mais escolas de diferentes

Exposta nossa escolha metodológica, dividiremos este artigo em três partes: Na primeira, travaremos contato com a bibliografia que se dedicou ao fenômeno das ocupações, percebendo nela como se pronunciam “visões de origem” que nos interessam discutir; na segunda parte, problematizaremos a fala dos alunos ao discutirem suas visões sobre o processo inicial das ocupações. Por último, proporemos uma reflexão mais ampla sobre o fenômeno e os processos estudados ao longo do texto nas considerações finais e esperamos, como consequência, que este artigo seja uma produção de conhecimento socialmente referenciada, com enfoque nos estudantes, pautado na ética e no respeito à história e as lutas destes como sujeitos de diretos.

2 - Bibliografia sobre o tema/Mitos de origem⁴

As ocupações já são objeto e problema de pesquisa em distintas áreas do saber. Ressaltamos, entretanto, que se trata de uma produção ainda pulverizada, realizada até o presente basicamente em revistas acadêmicas e oriunda de distintos campos científicos e, por consequência, com diversas abordagens teórico-metodológicas⁵. Nesse tópico observaremos se (e como) a questão da busca de uma origem para o movimento tem aparecido na recente bibliografia.

Essa preocupação visita o campo da história desde o início do século XX, a partir dos escritos de Marc Bloch, que adverte acerca da necessidade do estabelecimento de um cuidado teórico-metodológico que evite a armadilha do “ídolo da origem”. (BLOCH, 2001) Sobre a organização dos movimentos de ocupação, há autores que buscam estabelecer origens com a revolta dos pinguins no Chile (2006) ou com maio de 1968 com os movimentos estudantis na Europa e até mesmo com a Comuna de Paris (1871). Entretanto, em consonância com Bloch, defendemos que essas digressões tornam ininteligível nosso investimento de pesquisa. Avaliamos que essa necessidade inconsciente de estabelecer associações indiscriminadas no tempo é uma busca

regiões da cidade do Rio de Janeiro. Tais fatores reduziram a quantidade de alunos e, por conseguinte, de escolas, mas não impactaram de forma profunda o estudo aqui realizado.

⁴ Uma versão desse debate bibliográfico foi apresentada anteriormente a partir de uma associação com as perspectivas teóricas de seus autores e encontra-se no prelo (ALVES; SILVA, 2019)

⁵ Algumas áreas que se dedicaram aos estudos sobre as escolas ocupadas: Educação, História, Sociologia, Ciência da Informação, Comunicação Social, Psicologia Social, Economia e Ciências Biológicas.

perigosa, tal como atestou Bloch, por considerar uma causa explicativa no passado remoto e que, em um processo de pesquisa, pode afetar a qualidade crítica e interpretativa de nossos estudos.

Com base nessa inquietação, nos dedicamos a uma leitura da bibliografia que vasculhe a ocorrência desse vício de pesquisa e, oportunamente, dialogaremos com esses autores, de modo a questionar a fé no ídolo das origens, colocando em xeque essa opção e os encaminhamentos que os pesquisadores fizeram a partir dessa escolha teórica.

Advertimos que esse exercício não pretende ser longo e nem exaustivo e, para um melhor entendimento, dispomos a bibliografia em três panoramas principais de análise: um latino-americano, outro norte-americano/europeu e por último um estadual/local. A escolha do termo panorama trata-se de um eufemismo para adesão, muitas vezes acrítica, de autores/as dessa bibliografia a idealização das origens. Note-se que é possível estabelecer um gradiente de escalas geográficas entre essa bibliografia, sinal analítico que tende a desvalorizar sujeitos e objeto, como discutiremos na sequência.

Nos trabalhos associados a uma suposta origem latino-americana, se concentram abordagens que tributam às escolas ocupadas no Brasil um nascimento advindo de movimentos como a já citada revolução dos Pinguins, no Chile e a reforma universitária de Córdoba, na Argentina. Filiar mecanicamente as ocupações aos movimentos surgidos na América Latina nos parece desconsiderar outras dinâmicas que o processo envolve. Considerando que não há base material que afirme que os jovens ocupantes de escolas públicas no Brasil tomaram contato com a produção dos alunos e manifestantes da Córdoba de 1918 ou com os estudantes do Chile de 2006, essa argumentação não é suficiente para explicar todo um complexo processo da experiência das ocupações.

A despeito disso, nessa bibliografia, as ocupações são pensadas como novas estratégias de luta na contemporaneidade. No campo metodológico, se intensificam abordagens pautadas em grupos focais e em entrevistas com os alunos. Se consolidam também abordagens sobre a produção virtual e audiovisual nascidas durante as ocupações

Uma das produções mais recentes desse panorama trata-se de “As ocupações de escolas públicas em São Paulo (2015-2016): Entre a posse e o direito à manifestação” (2018), produzido por intelectuais do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebap)

e associados, a discussão concentra-se em debater sobre posse e propriedade públicas em contraste e diferença com o direito à manifestação, colocados naquele momento histórico.

Tendo em vista as agendas de pesquisa dos autores, o texto caminha por uma abordagem “vista de cima” em que os sujeitos dessa história são os juristas, as instâncias oficiais e os partidos políticos, contrários e a favor das ocupações. A ausência de uma agência estudantil está expressa até mesmo na frequência da palavra aluno, que em suas cinco aparições, em um longo texto, surgem de modo coadjuvante em processos lidos a partir do Estado, de sua violência e de sua burocracia.

A despeito disso, o debate é pertinente e interessante, contudo, há um aspecto curioso no texto, no que compete a questão da origem, seus autores ao passo que afirmam “[...] até aquele momento, não havia, no Brasil, precedente para uma mobilização de estudantes secundaristas que ocupasse suas próprias escolas públicas.” (TAVOLARI, et al., 2018, p. 295), imediatamente desintegram essa especificidade e particularidade afirmando que “Precedentes de ocupações secundaristas podem ser encontrados na Grécia, no Chile e na Argentina; para o caso mais famoso, o da rebelião pinguina no Chile [...]”. (TAVOLARI, et al., 2018, p. 295), com isso, temos aqui a reiteração de uma visão de origem latino-americana e ainda, com conexões com a Grécia que, sem maiores referências no texto, nos faz supor que se trata de uma coligação com os movimentos de 2008, naquele país quando um jovem foi assassinado naquele ano, gerando uma onda de protestos. A oportunidade da citação à um país europeu, nos conduz agora ao segundo panorama.

Na perspectiva norte-americana/europeia, selecionamos trabalhos que, em seus múltiplas olhares, associaram as ocupações à movimentos sociais recentes e históricos na Europa e nos Estados Unidos. Como exemplo, podemos citar o trabalho “A gente ainda nem começou: repertórios de confronto político nas escolas ocupadas de Goiânia (2015)”, com autores atuantes nas Ciências Políticas e no Direito, produzindo sobre um caso ainda pouco explorado nas pesquisas, como foi o de Goiás.

Apesar das potencialidades, a construção é carregada de conexões frágeis no que compete ao aparecimento das ocupações. Seus autores, Tavares e Veloso, se lançam a uma difícil tarefa de localizar as ocupações como caudatárias de uma suposta “onda global de protestos”, conceito emprestado de Fominaya (2014), apesar disso, o enfoque dos autores recai somente em movimentos da Espanha e da Grécia, respectivamente o 15M espanhol e

nas jornadas da Praça Syntagma em Atenas (TAVARES; VELOSO, 2016). Quando alcança o Brasil, o leitor é catapultado para a pertinente e necessária discussão dos novos movimentos sociais de Emir Sader, e tende galgar novamente um período de pouco mais de 30 anos, desde o fim da ditadura militar até alcançar as ocupações.

Em meio a essa vertigem de escalas, os autores tributam, com razão, uma primazia das ocupações de São Paulo e analisam as ocupações de Goiás como caudatárias dessa⁶. Fazemos um exame de que mesmo com algumas reivindicações gerais, a pauta das ocupações dos estados era também local e muito determinada pela realidade de cada escola e de suas demandas específicas, por isso, o estabelecimento de uma linearidade de ocorrências fragiliza as pautas locais e, principalmente, a agência desses jovens que, em primeira instância, surgem como “tarefeiros” de grandes propósitos construídos por outros, em outros contextos e, até em outros países.

Em outros títulos desse eixo, essa abordagem não faz menção somente a movimentos do norte global da atualidade, contando ainda com um vértice ligado a abordagens de cunho materialista histórico. Notamos em parte dessa bibliografia, a presença de termos como luta de classes, hegemonia e contra hegemonia dentre outros termos de matriz marxista, notadamente gramsciana. Esses textos carregam consigo uma compreensão crítica aguçada dos movimentos sócio-políticos daquele momento histórico, com uma forte presença da dualidade entre Estado e classes populares, materializada nos estudantes secundaristas. (FLACH; SCHLESENER, 2017, p.184)

Ainda no contexto das abordagens marxistas, em 2018, Luiz Augusto de Oliveira Gomes defendeu a dissertação “Jovens Trabalhadores-Estudantes: A construção da vontade coletiva em experiências de ocupação de escolas”. Nessa pesquisa, o autor coligava o processo de ocupação das escolas brasileiras como parte do acúmulo histórico de lutas da classe trabalhadora mundial. Essa aproximação leva o autor a associações que julgamos precipitadas e anacrônicas, em especial em suas referências que apontavam para um *continuum* entre a Comuna de Paris e a Revolução Russa e as ocupações no Brasil. Essa opção de narrativa é bastante tradicional e em larga medida abre mão de uma análise mais apurada de estudos de caso mais próximos e que, de fato, dialoguem com as origens do movimento das ocupações.

⁶ Estimativas apontam que 213 unidades escolares públicas foram ocupadas no Estado de São Paulo.

Ainda sob uma perspectiva norte-americana/europeia, de viés materialista histórico, Luiz Gomes se propõe a análise das dimensões educativas do movimento de ocupação de escolas, considerando a construção da vontade coletiva no processo de formação dos jovens trabalhadores-estudantes. A abordagem da ideia de vontade coletiva se realiza a partir da obra de Gramsci, tal como no texto citado acima. Todavia, a mobilização do conceito acaba por considerar os jovens ocupantes como um bloco homogêneo e de vontade política cristalizada, o que contrasta com a situação de muitos tons e condições das escolas e dos jovens ocupantes.

Uma importante contribuição de Luiz Gomes para o debate foi a construção do conceito de jovens trabalhadores-estudantes. Esse termo designa os jovens ocupantes como trabalhadores que ajudam no rendimento mensal de suas casas (quando não sustentam sozinhos), ou praticam alguma atividade doméstica para seus responsáveis trabalharem fora, e estudam em condições precárias; sendo marginalizados pelo Estado (GOMES, 2018, p.28). Apesar de concordarmos com o uso do termo, acreditamos que a validade dele pode ter sido pertinente ao grupo de 20 entrevistados do autor, sem grandes possibilidades de alargamento para o caso das escolas ocupadas. Por exemplo, no contexto fluminense, muitos jovens ocupantes que não estão no mercado de trabalho, não podem ser associados a tal conceito⁷.

Já no contexto da perspectiva estadual/local, há certa preponderância dos trabalhos produzidos em universidades e centros de pesquisa do Estado de São Paulo. Tal situação é facilmente explicável, uma vez que naquele as ocupações ganharam corpo quando, em setembro de 2015, a Secretaria de Educação do Estado anunciou uma nova organização da rede estadual de ensino, cujo objetivo era a separação das escolas, para que cada unidade passasse a oferecer aulas de apenas uma das etapas da educação básica-ensino fundamental I, ensino fundamental II ou ensino médio -, a partir do ano seguinte, gerando protestos e as ocupações.

Um dos primeiros trabalhos a discutir as ocupações foi realizado ainda em 2016, com o potente título “‘Não é só pelo diploma’: as ocupações das escolas e os processos curriculares”, escrito por professores dos anos iniciais do Rio de Janeiro, a discussão valoriza os saberes produzidos e processos vividos durante a ocupação das escolas estaduais do Rio de Janeiro, a fim de contribuir para o debate sobre os currículos das escolas públicas brasileiras (MACEDO et al, 2016, p.1358). Nessa oportunidade os

⁷ Acreditamos na potência e viabilidade teórica do conceito para pesquisas da Educação de Jovens e Adultos.

autores incorrem nos perigos da idolatria à origem, passando por argumentações da perspectiva latino-americana até chegaram à experiência brasileira, que é reduzida a:

“Em 2016, ocupações também ocorreram no estado de Goiás, contra a transferência de gestão de escolas para organizações sociais (OS); em Mato Grosso, contra a proposta de parcerias público-privadas (PPP); no Rio Grande do Sul, por melhor infraestrutura; no Rio de Janeiro e no Ceará, em apoio às greves de professores, por uma educação de qualidade (o que se desdobrou em outras reivindicações).” (MACEDO et al, 2016, p.1360)

Ainda que não seja possível no espaço de um artigo aprofundar uma reflexão que abarque as especificidades das ocupações, nos parece precipitado, no momento em que o debate ainda está sendo decantado pelas Ciências Humanas, fazer asserções breves e pouco problemáticas sobre os casos particulares, sob o risco de esvaziar experiências ricas e múltiplas. Por outro lado, há nesse artigo uma rica experiência, o encontro e contato entre os alunos de escolas ocupadas, da cidade fluminense de São Gonçalo, com universitários da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), em um debate produzido pela segunda, em suas dependências, em um momento de crise financeira desta. Nessa oportunidade de potência dialógica, que é pouco problematizada no texto, as falas dos alunos apontam sua preocupação com uma escola que seja, antes de tudo, feita por/para seus interesses e que dialogue mais com a cultura jovem e com a democracia construída na experiência das ocupações.

Há no texto importantes indícios sobre como os alunos ressignificaram sua relação com a escola e como suas atuações tensionaram a cultura escolar e, por extensão, o currículo proposto. Os autores trazem a técnica da conversa e da narrativa como uma opção metodológica, contudo, o texto traz (muitas) e boas perguntas e questionamentos, mas não executa um fechamento destas, o que acaba por enfraquecer a argumentação.

O texto contempla, ainda, uma característica comum dessa perspectiva, parte deles é oriunda de visitas de pesquisadores às ocupações, nas quais ofereceram atividades formativas e/ou culturais. Nesse processo de aproximação entre universidade e ocupantes, percebeu-se uma intensa troca de informações sobre formas de expressão de reivindicações e ampliação desses meios. Parte dessa bibliografia discute ainda formas e estratégias de acolhimento aos saberes dos/as alunos/as ocupantes e traçam

perfis mais amplos sobre os movimentos colaboradores e organizações contrárias às ocupações. (BARJA; LEMES, 2016; DOYLE; BEZERRA, 2016; PINHEIRO, 2017)

Também o livro “Escolas de luta”, pode ser entendido a partir dessa chave por seu objetivo de tentar reconstruir o processo do ponto de vista dos estudantes. O livro nasce, assim, como forma de registrar esse percurso e, de certa forma, consolidar uma memória, a partir do cotejamento de depoimentos e também informações veiculadas na mídia durante as ocupações (CAMPOS; MEDEIROS; RIBEIRO, 2016). O farto material trouxe uma intimidade dos autores com o tema, sempre tributando aos alunos o protagonismo do movimento em seus diversos momentos. Todavia, as opções narrativas levaram o livro a uma construção quase épica, expressa na divisão dos capítulos, que relembram os grandes manuais de história pautados em deslindar processos de “ascensão e queda”.

Os relatos ressaltam o surgimento de novas experiências democráticas, a ruptura de um cotidiano escolar constituído e as conseqüentes novas possibilidades de organização que valorizam o protagonismo dos sujeitos. As ocupações são encaradas como momento único, disruptivo e idealizado a partir de depoimentos que valorizam as relações horizontais estabelecidas e a criação de uma nova percepção da escola.

Em nosso mapeamento sobre a filiação dos autores a uma lógica de origem, já no prefácio escrito pelo filósofo Pablo Ortellado, observamos a presença da frase “o movimento dos estudantes secundaristas pode ser visto como a primeira flor de junho, o primeiro desdobramento pleno de dos protestos de junho de 2013” (CAMPOS et al, 2016, p.03), além de uma ligação, a partir do uso da palavra “herdeira”, com o ano de 2013.

Entendemo-nos como intelectuais preocupados e angustiados com os desafios do nosso tempo, contudo, não nos é permitido traçar associações que aquietem nossa necessidade de compreensão do presente e mascarem fatos históricos. Quando o autor do prefácio e os autores, ao longo da obra, reforçam esse sentido de origem, e colocam as ocupações como um movimento de expansão de organizações como o Movimento do Passe Livre (MPL) e do “Não vai ter copa!”, de 2014, exclui-se o peso da cultura jovem e da cultura escolar do cotidiano de vida desses alunos e, muitas vezes, faz parecer que todos os ocupantes eram militantes desde a mais tenra idade, o que, logicamente, não é verídico.

Defendemos que não é possível tratar o movimento apenas sob essa ótica. Carecemos de ferramentas teórico-metodológicas mais cortantes para a análise das

ocupações, defendemos que só a partir das vozes dos ocupantes podemos chegar a um entendimento desse período com mais propriedade, sem endeusamentos ou falsas imagens que se perpetuam pela ausência de dados que as contraponham.

Portanto, em nossa pesquisa, sabemos que a técnica dos grupos focais e a pulverização comum ao final dos processos formativos nos forçaram a diminuir o objeto, e vamos apenas destrinchar as particularidades e peculiaridades de uma determinada dinâmica de ocupação no Rio de Janeiro. Mas aceitamos nossa pequenez para que nossas conclusões tenham lastro satisfatório para dialogar com o que se entende sobre movimentos estudantis dos secundaristas no Brasil, com isso, pretendemos ensejar uma visão mais rica do que se esconde sob a superfície.

Com essa breve revisão bibliográfica, observamos que a produção teórica se mostra potente em possibilidades teórico-metodológicas, mas ainda é numericamente acanhada. Avaliamos também certa obsessão pelas origens e no modo como ela, em geral, vem seguida de tentativas de legitimação dos fenômenos. Nessa mesma oportunidade, foi nossa intenção reinstaurar o debate acerca das ocupações, buscando mapear interpretações e abordagens dessa recente produção acadêmica, a partir do debate/combate aos argumentos de origem.

3 - Hora e a vez dos estudantes: algumas falas

Discute-se muito que, mesmo com algumas reivindicações gerais, a pauta das ocupações no Rio de Janeiro era local e muito determinada pela realidade de cada escola e de suas demandas. Em comum podemos considerar que os estudantes se posicionavam contra a degradação das escolas da rede estadual, que estava em curso há algumas décadas. Localiza-se, em especial, durante a implementação do Programa Estadual de Reestruturação da Educação (Nova Escola) no governo de Anthony Garotinho (1999-2002), o início ou a ampliação da precarização das escolas estaduais e do achatamento salarial de seus docentes. Este programa intensificou modificações no trabalho educativo na forma de um aumento do controle pedagógico, da diminuição da autonomia do docente sobre a preparação e execução de suas atividades e, junto a isso, um aumento do trabalho em contextos de competências e modelos neoliberais de avaliação do sistema (SILVA, 2012). Este quadro agravou-se nas gestões posteriores,

gerando um sentimento de descontentamento de docentes e estudantes e, conseqüentemente a deflagração de diversas greves de professores da rede estadual ao longo dos anos 2000.

Recobrando as afirmações de Marc Bloch (2001, p.60) mais valioso do que saber as origens de um determinado fenômeno é a reflexão sobre as lógicas que permeiam esse acontecimento. Sendo assim, uma vez que não se explica um evento histórico fora do estudo do seu momento, fazemos aqui um questionamento: Como os/as alunos/as interpretam as experiências que levaram ao processo de ocupação?

Nos grupos focais promovidos pelo COLEJA, os/as alunos/as discutiram suas visões sobre o processo inicial das ocupações⁸. Acompanhemos, por exemplo, a fala do aluno R., do Colégio Estadual Compositor Luís Carlos da Vila:

“no início não estava organizado, eram coisas pontuais, como a caminhada até Del Castilho, aí ficava uma coisa muito perdida. Se conversava nos corredores, sobre a situação, mas ninguém tinha um foco em ocupar, a gente ainda não tinha conversado sobre isso. Quando começaram as ocupações, eu me lembro que eu tinha uma amiga que disse: “Eu ocupei meu colégio”, aí veio a ocupação do Clóvis [Colégio Estadual Clóvis Monteiro], que foi bem importante para puxar a nossa ocupação.” (R., Compositor Luís Carlos da Vila)

A perspectiva do aluno R. gera um novo espaço interpretativo, a ocupação da qual fez parte, está inserida em um espaço em que as iniciativas de (re)discussão sobre a escola eram esporádicas, ou como ele prefere “uma coisa muito perdida”. Vale destacar que o colégio em questão está inserido no bairro de Benfica, próximo a comunidade de Manguinhos, uma das áreas com maior índice de violência na cidade do Rio de Janeiro e que a experiência desses alunos tende de ser interpretada à luz dessas condições sócio espaciais.

A fala de R. trata da construção da ocupação com base no aparecimento de experiências próximas, como um efeito em cadeia⁹. Subjaz a fala do aluno a identificação da oportunidade de consolidação de uma nova estratégia de reivindicação, quando ela se materializa para iguais. Quando esses jovens veem seus iguais, em ambientes de convívio e construção de juventude, acionando novos modos de luta, eles acionam a mesma estratégia. Distante de uma mera “cópia”, o que depreendemos é a

⁸ Por questões ligadas à ética na pesquisa e por zelo na preservação das identidades, os/as alunos/as participantes dos grupos focais serão identificados por letras do alfabeto, escolhidas de modo aleatório.

⁹ As escolas mencionadas estão apenas à 4 quilômetros de distância.

triste democratização da precariedade e do autoritarismo nas práticas da cultura escolar que, em larga medida, atingia e afligia esses alunos, em suas unidades escolares.

Em outro ponto da cidade, a aluna D., corrobora a fala anterior, quando diz:

“a ocupação do Chico Anysio ajudou muito a do NAVE. Motivou, foi bom pra caraca, a gente foi lá, aprendeu com eles e foi tipo, “Como foi que vocês ocuparam?”, porque é um colégio com parceria também, é perto. A gente foi, foi uma das coisas que motivou a galera a ter a ideia e a começar a planejar.”
(D., Colégio Estadual José Leite Lopes)

A estudante relata o processo de compartilhamento entre alunos de escolas com parceria público-privada. São elas, respectivamente, o Colégio Estadual José Leite Lopes, conhecido como núcleo avançado em educação (NAVE), gerido por uma parceria com a empresa de telecomunicações Oi e o Colégio Estadual Chico Anísio (CECA), administrado por um acordo entre o Instituto Ayrton Senna, com apoio da Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro (CODIN) e da P&G¹⁰. Ambas mantêm alguns dos maiores índices de educação na rede estadual do Estado e estão localizadas no bairro do Andaraí que, inserido na Grande Tijuca, compõe uma das áreas mais privilegiadas da zona norte carioca.

O contato entre os alunos, de uma realidade escolar distinta demonstra que havia necessidades a serem reivindicadas em toda as escolas da rede pública estadual. Percebe-se que os movimentos de curiosidade surgidos na constante indagação “Como foi que vocês ocuparam?” contribuíram significativamente com a expansão das ocupações. Esse processo não pode ser lido distante da lógica da descoberta, afinal, a juventude, como todo e qualquer período cronológico, expõe novos campos de possibilidade de aprendizagem. Do mesmo colégio, a aluna T. faz um relato sobre seu aprendizado naquele período:

“estou começando a entender o que é a greve dos professores, agora estou entendendo o que é a greve dos professores, aí pintou essa palavra [ocupação] na minha mente, aí algumas pessoas falando, eu não sabia, nunca parei para pesquisar, de repente, a escola estava ocupada. Para mim foi mais de uma hora para outra do que um processo, eu não consegui passar por essa etapa inicial de um processo.” (T. Colégio Estadual José Leite Lopes)

Frente a esse contexto, a aluna T. fala da rapidez com que os processos se desenvolveram em sua experiência. Quando a depoente diz, “Para mim foi mais de uma

¹⁰ Corporação multinacional americana de bens de consumo.

hora para outra do que um processo”, longe de apontar para uma suposta “despolitização”, é necessário que apuremos o cotidiano da aluna. T. tratava-se, naquele momento, de uma aluna de classe média-baixa que, vivendo em uma cidade da região metropolitana do Rio de Janeiro, cruzava diariamente em média 60 quilômetros para chegar à escola e ainda mediava cuidados de parentes hospitalizados em meio a sua trajetória de estudos.

À medida que pleiteamos essa exposição, queremos reforçar que a vivência da sua inserção escolar se produzia acompanhada de um estar no mundo enviesado por elementos da vida adulta como a inserção precoce nos cuidados familiares. No meio de todas essas experiências, a aluna compôs a ocupação e nesse momento, notou um novo processo formativo se instaurando, o de aprendizagem de lutas e formas de reivindicação de direitos.

Em outra gradiente de análise, também no Colégio Estadual José Leite Lopes, a aluna N. foi enfática, “Foi por causa dos professores que a ocupação começou. A galera ficou totalmente revoltada, estavam todos os colégios ocupando e a nossa assembleia decidiu ocupar.” (N., Nave). O motivo da revolta? Salários atrasados para os docentes da rede pública estadual por meses no ano de 2016. A experiência de N., aluna participante do grêmio estudantil, já dialoga e expõe a assembleia como espaço de deliberação e o apoio a uma pauta da classe dos professores, como partes motrizes da organização dos estudantes para ocupação.

O apoio à pauta da greve dos professores também esteve presente na fala de H.. Aluno do colégio estadual Hebert de Souza, no bairro do Rio Comprido, zona norte carioca, cercada pela comunidade do morro do Turano. O aluno fala das motivações que levaram a ocupação nos seguintes termos:

“Começamos a conversar e, a princípio, o que começou a motivar foi essa situação dos professores, e depois a gente começou a ver a situação das outras escolas, a gente começou a ver: “Cara, a gente tem muita coisa”, mas a gente também tinha pautas internas muito grandes” (H. Hebert de Souza)

Na fala de H. há uma escala de desafios que estavam postos e que coadunaram com a ocupação, em suas palavras a greve dos professores somada a situação de outras escolas e as pautas internas geraram a necessidade de ocupação das escolas. A instauração de um espaço de diálogo sobre o tema e a instauração de um espaço de compartilhamento, de aspirações coletivas e com demandas do ambiente escolar, internamente e externamente, fortaleceram o discurso e a ação desses estudantes na ocupação.

Do diálogo podem também nascer questionamentos e indagações é o que apontam as palavras de K., aluno do Colégio Estadual Mário Quintana, localizado na zona oeste carioca, no bairro de Campo Grande. Jovem atuante nos movimentos de organização da juventude dessa região da cidade, K. diz:

“Quando a ocupação começa, na verdade, começa a questão da emancipação do jovem e também eles começam a entender, nós somos contribuintes para o Estado. Por mais que a gente não tenha emprego, nossos pais são contribuintes do Estado. O ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) diz que é preciso garantir a escola, ensino, alimentação e o esporte e isso não ser exercido é praticamente um absurdo. Eu acho que a pauta dos professores, ela tem espaço sim na ocupação, mas principalmente, a nossa pauta própria das escolas ela tem uma legitimidade própria, né? A questão da infraestrutura, o passe livre, a questão dos uniformes, da alimentação.” (K., Mario Quintana)

Egresso de uma escola de infraestrutura precarizada, é no campo da luta por direitos estabelecidos que K. avalia sua experiência na ocupação. Luta construída nos marcos da legalidade, em que o entendimento sobre cidadania/participação no Estado passa pela condição de contribuinte, mas que também está inscrita a um desejo de participação e de protagonismo, em que pese o trecho “a pauta dos professores, ela tem espaço sim na ocupação, mas principalmente, a nossa pauta própria das escolas ela tem uma legitimidade própria, né?”. Nas palavras de K. é possível encontrar um elenco de pautas internas à sua escola que, em muitos casos é replicável e facilmente detectável em outras unidades escolares públicas no Estado do Rio.

Diante das falas dos jovens que ocuparam suas escolas no Rio de Janeiro, o que notamos foi um cenário, em alguma medida, distinto do relatado pela parte majoritária da bibliografia. Os jovens não se entendem como receptores e/ou “herdeiros” de movimentos sociais anteriores, ao contrário, percebem-se como um grupo político capaz de apoiar de forma extensiva a greve dos professores, levando consigo suas pautas e, principalmente, lutando abertamente por elas. Para a consolidação desse processo, o compartilhamento e a troca com alunos de outros colégios ocupados, colaboraram com o alcance e a consolidação das formas de ocupação. Em meio a esses processos, nós enquanto pesquisadores, temos a certeza de que a melhor forma de pensar a ocupação é através da escuta sensível desses jovens, é deles essa história e essa memória de luta e resistência.

4 - Considerações Finais

Após uma longa discussão sobre as ocupações e suas supostas origens, parafraseando Marc Bloch (2001) e perguntamos: Enfim, para que serve contar a história das ocupações? Categoricamente, as respostas a essas perguntas são várias e não seria possível elencar todas aqui. Entretanto, podemos listar algumas observações sobre o que pode ser repensado ao se fazer uma história preocupada com as ocupações.

Pensar na origem das ocupações, dos movimentos estaduais e instituições que os apoiaram ou detrataram são exercícios limitados, iluminam tão somente exercícios pontuais de preocupação cronológica, linear e infundável. Acreditamos que as discussões levantadas até aqui nos ajudam a perceber que, mais do que construir um histórico sobre as ocupações, é preciso que nos indaguemos, tal como propôs Bourdieu, a partir da sentença, “como foi possível que...” (2003, p.181). Destarte, como os alunos avaliam o aparecimento das ocupações? Como os alunos dialogavam, ou não, com outros movimentos sociais presentes e passados?

No âmbito deste artigo, através do exercício empírico de mapear e problematizar a bibliografia e suas opções por supostas e múltiplas origens dos movimentos das escolas ocupadas, essas perguntas foram tangenciadas por interpretações preliminares, mas não respondidas. Apesar dessas limitações, um aspecto nos parece imprescindível, discutir as ocupações com/a partir dos alunos, acolhendo suas experiências, memórias e trajetórias como legítimas na construção dessa história.

A indagação pertinente nesse momento, em suma, não é mais saber quais movimentos internacionais podem ser comparados às escolas ocupadas. O que agora se trata de compreender é como é possível avaliar essa experiência e como ela afeta a trajetória de jovens que hoje, em sua maioria, transitam entre o mundo do trabalho e/ou o espaço das universidades. É essa nossa preocupação e agenda de pesquisa.

5 - Bibliografia:

ALVES, Ana Carolina Oliveira; SILVA, Henrique Dias Sobral. **Ocupações como emergência historiográfica: analisando juventude.** Anais do Seminário Brasileiro de Teoria e História da Historiografia: Mariana, 2019. (no prelo).

BARJA, Paulo Roxo; LEMES, Cláudia Regina. A ocupação das Escolas Estaduais Paulistas: O discurso estudantil contra a reorganização avaliado a partir da produção de um cordel coletivo. **Linha Mestra**, n°30, set-dez., pp.94-98, 2016.

BLOCH, Marc. **Apologia da História ou O Ofício de Historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001. 160p.

BOURDIEU, Pierre. Algumas propriedades dos campos. In: **Questões de sociologia**. Lisboa: Fim do século, 2003.

CAMPOS, Antônia; MEDEIROS, Jonas; RIBEIRO, Márcio. **Escola de Lutas**. São Paulo, Ed. Veneta, 2016, 352p.

DAYRELL, Juarez. O jovem como sujeito Social. **Revista Brasileira de Educação**, n. 24, Rio de Janeiro, set./dez. 2003.

DOYLE, Andréa; BEZERRA, Arthur. (In) formação e cultura nas escolas ocupadas do Rio de Janeiro. **Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia**, v. 11, n. 2, 2016.

FLACH, Simone Fátima; SCHLESENER, Anita Helena. “Análise de conjuntura sobre a ocupação de escolas no Paraná a partir do pensamento de Antonio Gramsci”. **ETD-Educação Temática Digital**, Campinas, v. 19, n. 1, p. 165-186, jan./mar. 2017.

FOMINAYA, Cristina Flesher. **Social Movements and Globalization: how protests, occupations and uprisings are changing the world**. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2014.

GOMES, Luiz Augusto de Oliveira. **Jovens trabalhadores-estudantes: a construção da vontade coletiva em experiências de ocupação de escolas**. Dissertação de mestrado em educação, do Programa de Pós-Graduação em Educação (Mestrado e Doutorado) da Faculdade de Educação, da Universidade Federal Fluminense – Niterói-RJ, 2018.

HAYASHI, Marcelo Innocentini; FERREIRA Jr., Amarílio; Hayashi, Maria Cristina Piumbato Innocentini. Atuação e resistência dos estudantes secundaristas nas ocupações das escolas públicas paulistas. **Argumentos Pró-Educação**, v. 2, p. 68-88, 2017.

MACEDO, Regina Moura de; ESPINDOLA, Neila Monteiro; RODRIGUES, Allan Carvalho. Não é só pelo diploma: as ocupações das escolas e os processos curriculares. São Paulo. **E-curriculum**, PUC-SP, p. 1358-1376. 2016.

PINHEIRO, Diógenes. Escolas ocupadas no Rio de Janeiro em 2016: Motivações e cotidiano. **Illuminuras**, Porto Alegre, v.18, n.44, pp.265-283, jan/jul, 2017.

SILVA, Amanda Moreira. Precarização do Trabalho docente e meritocracia na educação: O olhar empresarial dos governos e a resistência do professorado da rede Pública do Estado do Rio de Janeiro. In: **Anais VII Simpósio Nacional Estado e Poder**, Uberlândia, 2012.

ANPUH-Brasil – 30º SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Recife, 2019

TAVARES, Francisco Mata Machado; VELOSO, Ellen Ribeiro. A gente ainda nem começou: Repertórios de confronto político nas escolas ocupadas em Goiânia. In: **Anais do Encontro da ABCP “Ciência Política e Política: Memória e Futuro”**, Belo Horizonte, 2016.

TAVOLARI, Bianca; LESSA, Marília Rollenberg; MEDEIROS, Jonas; MELO, Rúrion; JANUÁRIO, Adriano. As ocupações de escolas públicas em São Paulo (2015-2016): Entre a posse e o direito à manifestação. **Novos Estudos CEBRAP**, 37(2), 291–310, 2018.